

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação cresce 10% no ano e chega a R\$ 1,46 trilhão ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A regulação de criptoativos no Brasil (Artigo)..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O futebol e seus desafios tributários - OPINIÃO JURÍDICA..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo define prazo e juros do consignado do Auxílio a 5 dias da eleição ..... 7

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Julgamento da reforma da Previdência no STF tem placar empatado (Previdência)..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Decreto beneficia PF e PRF ..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Presidenciável pela 4ª vez, Ciro tem longo histórico de cargos e polêmicas..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Gestão de ativos verdes é outro exemplo de desigualdade brasileira..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saúde e pacto federativo dominam campanha pelo Senado em São Paulo..... 17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com perspectiva de vitória, Lula reúne grandes nomes do PIB..... 21

PORTAL UOL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado não vê diferenças entre Lula e Bolsonaro , diz economista ..... 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Indecisas têm percepção negativa de Bolsonaro e da economia..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Temores com impactos duradouros sobre inflação levaram a divergência no Copom..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Investimento no social só existe com ajuste fiscal" ..... 30

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Firmeza e cautela na política do juro (Editorial)..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Arrecadação sobe, mas Fisco teme crise externa..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

FMI pede que Reino Unido recue de corte de impostos..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aperto monetário global inquieta mercados cambiais..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação de serviços ajudará a ditar próximos passos do Copom..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os desafios econômicos do próximo governo - PALAVRA DO CONSULTOR..... 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Combustíveis puxam para baixo prévia da inflação..... 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

A necessidade de retomar a diplomacia (Editorial)..... 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Não deveríamos aumentar desemprego para combater inflação, diz economista..... 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

45% das crianças do país vivem abaixo da linha de pobreza..... 43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Bolsonaro fala em vencer no 1º turno..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Incerteza fiscal a partir de 2023 eleva expectativa de inflação, diz BC..... 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Lula pede a empresários diálogo "sem hipocrisia" e ajuda contra a miséria..... 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Banco Mundial prevê que China vai crescer 2,8% este ano..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Eleição e colapso das políticas públicas - LU AIKO OTTA..... 51

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Alívio da prévia não deve alterar cenário da inflação..... 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Maior inclusão de mulheres no mercado estimula crescimento..... 53



# Arrecadação cresce 10% no ano e chega a R\$ 1,46 trilhão

A arrecadação de **impostos** federais chegou a R\$ 172,31 bilhões em agosto, alta real de 8,21% na comparação com o mesmo período do ano passado. Segundo os dados divulgados pela **Receita Federal**, com o desempenho do mês, o recolhimento nos oito primeiros meses do ano atingiu a marca de R\$ 1,46 trilhão, elevação real de 10,17% contra o mesmo período de 2021. Em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o montante é o maior desde 2000, tanto para o mês de agosto quanto para o período acumulado.

Considerando somente as receitas administradas pela Receita, houve alta real de 7,07% no mês passado, somando R\$ 165,18 bilhões, na comparação com o mesmo mês de 2021. A alta nominal foi de 16,41%. No ano, as receitas administradas somaram R\$ 1,37 trilhão, alta real de 8,25% e nominal de 19,95%.

De acordo com o órgão, o desempenho da arrecadação de agosto foi marcado pelo recolhimento atípico de R\$ 5 bilhões em Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Segundo a Receita, são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo o setor produtivo.

Outro destaque foi a receita previdenciária, que teve arrecadação de R\$ 348,6 bilhões, com acréscimo real de 6,4%. "A criação líquida de empregos formais tem impacto na arrecadação federal, por meio do aumento da arrecadação das receitas previdenciárias e de outros **tributos**, como o Imposto de Renda retido na fonte e sobre rendimento do trabalho", observou Sérgio Gadelha, coordenador-geral de Modelos e Projeções Econômico- Fiscais da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

Nos primeiros oito meses do ano, o governo federal também deixou de arrecadar R\$ 91,14 bilhões por meio de desonerações tributárias.

Segundo a Receita, dois fatores diminuíram a arrecadação.

A redução de alíquotas de Imposto de Importação de alguns produtos do setor automotivo, de bens de informática e alimentos, além da redução de Imposto sobre Produtos Industrializados, PIS/Cofins e Cide sobre combustíveis. Questionado sobre o impacto da

queda no preço dos combustíveis na redução da arrecadação a longo prazo, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, argumentou que, à medida que a recuperação da atividade econômica se dá em ritmo mais acelerado, aumenta a demanda interna pelos combustíveis.

## Desafio

Apesar dos resultados positivos, o economista Murilo Viana, especialista em contas públicas, avaliou a necessidade de analisar a sustentabilidade desse processo.

"O ambiente internacional mais desafiador, com **inflação** elevada, juros em alta e desaceleração econômica, com real risco de recessão, tem recentemente pressionado para baixo os preços das commodities, enfraquecendo as expectativas de continuidade prolongada do bom momento das receitas", afirmou.

R\$ 172,3 bilhões Valor da receita tributária em agosto

# A regulação de criptoativos no Brasil (Artigo)

**Flávio Pansieri e Felipe Gasparin Respectivamente,  
sócio-fundador e head de Regulação em Tecnologia de  
Pansieri Advogados**

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, em 2021, o mercado de criptoativos ainda "não regulado" foi capaz de movimentar, por meio de depósitos em exchanges centralizadas, mas não reguladas, cerca de R\$ 300 bilhões ante os R\$ 600 bilhões movimentados formalmente na B3 com ações, fundos, ETFs e BDRs, sem contar as movimentações por transações não rastreadas "p2p" (peer-to-peer), tradicionais no mercado de cripto.

Considerando o volume de movimentações financeiras em criptoativos, foram emitidos alertas pelo Banco Central, convertidos no Projeto de Lei (PL) n.º 4.401/2021, da Câmara dos Deputados. O PL busca regular as exchanges de criptoativos no Brasil, sem tratar propriamente dos "investidores" de criptomoedas.

Esses últimos já são disciplinados desde o advento da Instrução Normativa (IN) n.º 1.888, de 2019, editada pela **Receita Federal**, que regulamentou o regime fiscal dos ativos digitais e posse de criptomoedas por pessoas físicas ou jurídicas.

Na tributação de ativos digitais, os contribuintes de Imposto de Renda já sentiram as diferenças instituídas, pois mesmo não havendo a lei de criptoativos a **Receita Federal** se adiantou e já atribuiu código específico para declaração de propriedade e de posse de ativos digitais como bens e direitos. Com possibilidade de selecionar o grupo "criptoativos" e subtópico do grupo ao qual o ativo do contribuinte pertence, como BTC ou outras criptomoedas (ETH, LTC, ADA e outras, por exemplo), até mesmo códigos específicos para stablecoins e NFTs, em que pese todas terem em comum a tributação por ganho de capital.

Retornando ao aspecto de regulação das empresas prestadoras de serviços de criptoativos, chamadas exchanges, além do dever de observar a citada IN n.º 1.888/19 então vigente, elas sofrerão mais diretamente com o advento da chamada Lei Bitcoin, como está sendo nominado o PL 4.401, que prevê no art. 2.º que poderão estar sujeitas a controle do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mesmo

que os criptoativos não sejam propriamente "títulos e valores mobiliários" para efeitos das leis e regulamentos sobre o tema.

Último ponto é a vantagem conferida para as exchanges que já estiverem operando no Brasil, pois estas terão o prazo não inferior a seis meses para adequar-se às novas exigências do PL 4.401, com a ressalva de que as prestadoras de serviços de ativos virtuais que estiverem em atividade na data da publicação da lei poderão continuar a exercê-la enquanto não proferida a decisão final acerca do processo de autorização.

Flávio Pansieri e Felipe Gasparin Respectivamente,  
sócio-fundador e head de Regulação em Tecnologia  
de Pansieri Advogados

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# O futebol e seus desafios tributários - OPINIÃO JURÍDICA

***Breno Kingma e Michel Siqueira Batista são,  
respectivamente, sócio e associado da área tributária do  
Vieira Rezende Advogados***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187341](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341)

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/  
187341](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341)**

# Governo define prazo e juros do consignado do Auxílio a 5 dias da eleição

O Ministério da Cidadania publicou nesta terça-feira (27) uma portaria que regulamenta o empréstimo consignado para os beneficiários do programa social Auxílio Brasil. Por enquanto, os bancos ainda não estão oferecendo o empréstimo.

As regras são publicadas na reta final das eleições, com o presidente Jair Bolsonaro (PL) ainda em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Apesar de a medida representar um potencial ganho para Bolsonaro entre eleitores de baixa renda, auxiliares do Palácio do Planalto afirmam que ela não deve produzir efeitos significativos para a campanha do presidente.

A interpretação dos aliados do presidente é de que há muito pouco tempo para qualquer medida nova surtir efeito para as pessoas a tão poucos dias de elas registrarem seus votos nas urnas.

Até mesmo o Auxílio Brasil de R\$ 600, retomado em agosto, não surtiu o efeito eleitoral esperado pelo entorno do chefe do Executivo. A demora em implementar o consignado, segundo aliados, ocorreu devido à discussão sobre o teto dos juros.

O número de prestações do consignado não poderá ser maior que 24 parcelas mensais e sucessivas. O valor a ser emprestado está limitado em R\$ 2.569,34, conforme simulações da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade). A taxa de juros não poderá ser superior a 3,5% ao mês, segundo a portaria publicada no Diário Oficial da União.

A taxa máxima de juros para beneficiários do Auxílio Brasil é maior do que a do consignado de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que é de até 2,14% ao mês nas operações de empréstimos com desconto direto no benefício.

Com isso, quem empresta R\$ 2.569,34 pelo consignado do **INSS** paga R\$ 21,99 a menos por mês. No total do financiamento após dois anos, a diferença é de R\$ 527,76 a mais para quem contratar por meio do Auxílio Brasil. A parcela mensal no consignado do **INSS** é de R\$ 138,01, com juros de 28,93% ao ano.

O crédito consignado é uma modalidade de empréstimo na qual os contratantes têm os seus débitos descontados diretamente na fonte -no caso, no pagamento das parcelas o Auxílio Brasil. Nesta segunda-feira (26), o ministro da Cidadania, Ronaldo Bento, havia antecipado que a liberação das regras sairia ainda nesta semana.

No mês de julho, o Congresso Nacional aprovou, sem alterações, a medida provisória encaminhada pelo governo que autorizava as operações de crédito consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil, programa implementado pelo governo Bolsonaro em substituição ao Bolsa Família.

A proposta determinou que os empréstimos consignados podem ser concedidos até o limite de 40% do valor do benefício. O texto também liberou esse crédito para quem recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada), voltado a idosos e pessoas com deficiência carentes e aumentou a margem dos créditos consignados para aposentados e pensionistas do **INSS**.

O texto da portaria determina que o responsável familiar cadastrado no Auxílio Brasil será quem poderá autorizar o desconto dos valores referentes ao empréstimo no benefício recebido por sua família. O tomador deverá autorizar expressamente a instituição financeira a ter acesso às informações pessoais e bancárias necessárias à efetivação do contrato.

Essa autorização deverá ser feita por escrito ou por meio eletrônico. "Não será aceita autorização dada por telefone ou ainda por meio de gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência", afirma o texto.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) afirmou que, mesmo no caso das instituições que já estavam pré-cadastradas no Ministério da Cidadania, não há uma previsão imediata de concessão da linha de crédito "devido a aspectos operacionais para ofertar o produto".

O Banco do Brasil disse que, com a publicação da portaria, está avaliando as regras exigidas por essa regulamentação para verificar a viabilidade de operacionalizar a linha.

A Caixa informou que analisa a portaria e divulgará oportunamente as condições do crédito consignado aos beneficiários do auxílio. Segundo o banco, clientes que têm empréstimos com taxas de juros maiores poderão contratar o consignado e utilizar o valor para quitar essas dívidas.

Os bancos Daycoval e Agibank também informaram que estão avaliando as regras publicadas pelo governo.

Itaú Unibanco, C6, BMG, Bradesco e Santander, além da financeira BV, afirmaram que não oferecerão a linha de crédito consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil.

Crefisa e os bancos Mercantil, Safra, Pan e Cetelem não responderam até a publicação deste texto.

Quando as contratações começarem, a liberação do dinheiro será feita em até dois dias úteis após a aprovação do crédito e a assinatura do contrato.

Para especialistas, esse tipo de empréstimo é prejudicial ao público do Auxílio Brasil, que tem no benefício -de R\$ 600 até o final do ano- a principal forma de subsistência.

Ione Amorim, coordenadora do programa de serviços financeiros do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), instituição que, com outros órgãos, monitora o crédito aos beneficiários do Auxílio Brasil desde que a medida foi aprovada, afirma que as limitações impostas ao crédito não são suficientes e ainda expõem essa população ao alto endividamento.

"As medidas apresentadas estabelecem um teto de juros, mas, de qualquer maneira, trazem um risco potencial, pois são quase o dobro da taxa praticada nas outras modalidades de crédito consignado, como do **INSS**", diz.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

48

# Julgamento da reforma da Previdência no STF tem placar empatado (Previdência)

**Cristiane Gercina**

O plenário virtual do STF (Supremo Tribunal Federal) começou a discutir se a reforma da Previdência é constitucional. As mudanças nas regras do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) passaram a valer há quase três anos, em 13 de novembro de 2019.

Com um voto pela constitucionalidade e um voto divergente, o julgamento está empatado e foi paralisado após pedido de vista. Ao todo, foram condensadas 12 ADIs (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) em um único julgamento, que começou no dia 16 e deveria terminar na última sexta-feira (23), mas foi interrompido.

Até agora, há o voto do ministro relator, Luís Roberto Barroso, a favor de manter as regras contestadas, e uma divergência aberta pelo ministro Edson Fachin sobre parte do relatório de Barroso.

Para o ministro, a reforma é constitucional. Fachin aponta inconstitucionalidade em dois pontos: cobrança extraordinária a servidores e regra de cálculo diferente para mulheres no RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**) e RPPS (Regime Próprio de **Previdência Social**).

O pedido para suspender o julgamento e analisar melhor os casos foi feito pelo ministro Ricardo Lewandowski. Os processos só voltarão a andar quando ele apresentar seu voto. A partir de então, os demais ministros poderão dar seus pareceres.

Ações debatidas no plenário virtual podem ser discutidas no plenário físico, caso algum ministro peça destaque. Destaque foi a manobra usada pelo ministro Kássio Nunes Marques no julgamento da revisão da vida toda para aposentados do **INSS**.

O voto de Barroso, com 153 páginas, traz considerações sobre o que foi apontado por associações e partidos políticos a respeito da reforma. Para ele, no entanto, as normas aprovadas são constitucionais e estão de acordo com a legislação previdenciária de vários países do mundo.

"A população brasileira está vivendo mais. De acordo com projeções da Organização das Nações Unidas, em 2100, o Brasil será o 10º maior país do mundo em

proporção de idosos", diz em um trecho no qual também aponta preocupação com as contas da Previdência.

"O déficit previdenciário é incontestável e teve piora significativa nos últimos anos. [...] Reformas na **Previdência Social** que reduzam o endividamento público podem ter impactos macroeconômicos positivos, como o estímulo ao consumo e à produção", afirma.

Para o ministro, no entanto, há apenas um ponto a ser observado, que é a criação da contribuição extraordinária a servidores que já estão aposentados. Embora Barroso não tenha considerado a questão inconstitucional, afirma que é necessário haver comprovação de déficit para instituir cobrança extra a servidores inativos.

"A mera previsão constitucional acerca da possibilidade, em tese, de se criar a contribuição extraordinária não constitui ofensa a cláusula pétrea", diz. Segundo ele, se a contribuição extra for aprovada, é preciso analisar, conforme o caso, se há violação à Constituição.

Segundo a reforma, quando houver déficit previdenciário, há autorização para cobrança extra no benefício de quem já está aposentado ou recebe pensão, a fim de sanar o rombo. No estado de São Paulo, desde 2020, servidores aposentados e pensionistas que ganham entre um salário mínimo e o teto da Previdência têm desconto no benefício. A cobrança já existia antes para valores acima do teto.

O ministro Fachin divergiu do relator para apontar o que considerou inconstitucional na reforma. Segundo ele, a cobrança extraordinária sobre benefícios dos aposentados fere o "caráter social e distributivo" da Constituição.

O ministro também considera inconstitucional a regra de cálculo que beneficia mulheres que se aposentam pelo **INSS** e não se estende às servidoras do regime próprio. De acordo com a reforma, mulheres passam a ter acréscimo de 2% a cada ano extra de contribuição após 15 anos de pagamentos ao **INSS**. Para as servidoras, o adicional só começa a ser considerado após 20 anos de contribuição ao regime próprio.

A advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), considera que o julgamento das ações de forma conjunta é prejudicial ao segurado e não traz a segurança jurídica que se buscava quando associações, sindicatos e partidos foram ao Supremo. Para ela, cada ponto deveria ser debatido separadamente.

"É muito ruim uma Ação Direta de Inconstitucionalidade geral. Acho que nunca tivemos na história uma Adin que considerasse uma lei inteira inconstitucional. A reforma é muito séria, complexa, envolve uma série de questões técnicas", diz.

Outro ponto criticado por ela é o tipo de julgamento que, em sua opinião, deveria ser presencial e não no plenário virtual. "Não é o tipo de discussão para o plenário virtual; é importante o presencial, porque os ministros podem discutir entre si o tema, além de haver sustentação oral", afirma.

O advogado Roberto de Carvalho Santos, presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), vê como uma perda para a população o voto do relator em favor da constitucionalidade da reforma.

"Infelizmente, para nós que defendemos vários pontos de inconstitucionalidade na reforma, como cálculo da pensão por morte e da aposentadoria por invalidez, esse posicionamento do ministro Barroso vai em desacordo com várias decisões já tomadas em outras instâncias que entendiam a inconstitucionalidade", afirma.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/09/julgamento-da-reforma-da-previdencia-no-stf-tem-placar-empatado.shtml>**

## Decreto beneficia PF e PRF



Fernanda STRickland

Os órgãos da administração federal poderão aumentar, a partir de agora, o número de candidatos considerados aprovados em concursos públicos, ampliando o chamado cadastro de reserva. A decisão foi tomada pelo Decreto nº 11.211, publicado no Diário Oficial da União. O dispositivo altera de duas para três vezes, em relação ao número de vagas estabelecido no edital, o número máximo de participantes de certames que podem ser declarados aprovados, desde que atinjam os níveis mínimos de pontuação exigidos. A regra vale para os concursos realizados em mais de uma etapa e com mais de 30 vagas. Segundo o próprio governo, duas instituições devem ser as principais beneficiadas: a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O novo ato altera o Decreto nº 9.739, de 2019 e atualiza procedimentos relacionados a concursos públicos, bem como realiza correções pontuais de ordem material, para garantir maior clareza a algumas regras. As alterações realizadas pelo decreto buscam um maior aproveitamento de candidatos aprovados, dentro do prazo de validade dos concursos, que é de até dois anos contados da data de sua homologação. Esse prazo pode ser prorrogado uma vez.

Para reduzir a burocracia, o novo decreto revogou o parágrafo segundo do artigo 43 do Decreto 9.739, de 2019, dispensando a necessidade de autorização do Ministério da Economia para a prorrogação da validade do concurso. Assim, os próprios órgãos que possuem um certame válido conduzirão o processo.

Segundo Max Kolbe, advogado especialista em concursos públicos, o decreto é um avanço. "Essa medida, além de prestigiar os princípios da eficiência e da celeridade no preenchimento das vagas ociosas,

traz uma economicidade enorme aos cofres públicos", disse, "pois permite que mais candidatos sejam considerados aprovados e, por conseguinte, aproveitados sem a necessidade da realização de um novo concurso público, pois não seriam mais considerados eliminados ainda que tenham atingindo a nota mínima".

De acordo com Kolbe, a alteração mais importante foi revogar a necessidade de autorização do ministro da Economia para que o prazo de validade do concurso público seja prorrogado, nos termos da norma constitucional. "Essa necessidade não fazia sentido, até porque a Constituição Federal prevê expressamente que o concurso tem validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período. A mudança desburocratiza o acesso ao cargo e ao emprego público, permitindo maior autonomia das entidades quanto à nomeação dos candidatos aprovados no período de validade do concurso", afirmou.

A Secretaria-Geral da Presidência da República explicou que o decreto pode beneficiar, especialmente, os concursos da PF (Polícia Federal) e da PRF (Polícia Rodoviária Federal), duas importantes bases de apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL). "Espera-se que, com a medida, seja possível racionalizar o aproveitamento de candidatos em concursos públicos com curso de formação, em especial os envolvendo pessoal da Polícia Federal e Pessoal da Polícia Rodoviária Federal", informou a secretaria. O decreto também modifica critérios de reprovação automática por má colocação e as regras para prorrogação do prazo de validade dos concursos. De acordo com o Ministério da Economia, as alterações visam a um maior aproveitamento de candidatos aprovados.

### Críticas

Apesar de facilitar a contratação de servidores, a mudança de regras não agradou a todas as altas do funcionalismo. Na avaliação do presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, Bolsonaro editou mais um ato para beneficiar sua base de apoio. "Esse é o pior governo para os **servidores públicos** desde o início do processo de redemocratização. Além de ficarmos quatro anos sem qualquer reajuste, tivemos uma redução salarial nominal de pelo menos 5%. Isso se deu pelo aumento das alíquotas de contribuições previdenciárias. O assédio institucional também foi normalizado. Categorias ligados ao meio ambiente

estão entre as mais assediadas", disse.

# Presidenciável pela 4ª vez, Ciro tem longo histórico de cargos e polêmicas



O candidato à Presidência da República Ciro Gomes (PDT) fala a empresários em evento realizado em São Paulo. Fonte: AFP/27/9/2022

**Mariana Zylberkan e Joelmir Tavares são paulo**

Em sua quarta -e anunciada por ele mesmo como última- candidatura à Presidência, Ciro Gomes (PDT) chega à reta final de campanha com os prós e contras de ser político há 40 anos, indo de deputado estadual a ministro.

Misturando um discurso técnico e raciocínios complexos sobre economia com linguajar popular e falas polêmicas, Ciro manteve um patamar estável de apoio nos pleitos anteriores: 11% dos votos válidos em 1998, 12% em 2002 e 12,4% em 2018.

Na pesquisa Datafolha de 22 de setembro, o pedetista apareceu com 7% das intenções de voto, estacionado em terceiro lugar e bem atrás de Lula (PT), com 47%, e Jair Bolsonaro (PL), com 33%.

Nesta semana, a Folha publica textos para explicar ao leitor um pouco mais sobre as trajetórias recentes de Ciro, Lula, Bolsonaro e Simone Tebet (MDB)-os quatro mais bem colocados nas pesquisas.

\*

Ciro e a biografia Ao longo de mais de 40 anos de carreira política, o candidato do PDT à Presidência da República ocupou nove postos públicos, entre deputado estadual e federal, governador do Ceará, prefeito de Fortaleza, além de ter ficado à frente de dois ministérios, Fazenda e Integração Nacional.

Dos nove cargos, Ciro deixou seis antes do término, sempre para disputar posições mais altas na hierarquia política.

Em 1994, Ciro renunciou ao governo do Ceará, que havia assumido três anos antes, para se tornar ministro da Fazenda de Itamar Franco. Seu primeiro cargo federal, porém, durou menos de quatro meses, e o atual candidato deixou Brasília para fazer pós-graduação na Universidade Harvard, nos EUA.

Antes, ele havia sido eleito prefeito de Fortaleza, em 1989, cargo que deixou um ano depois para disputar o governo cearense.

Embora a passagem pelos dois postos executivos tenha sido breve e há mais de 30 anos, Ciro cita com frequência os feitos de sua gestão no estado e na capital cearense na atual campanha à Presidência.

Ao longo de sua trajetória, Ciro integrou sete partidos. Começou no PDS, antigo Arena, do qual seu pai, José Euclides Ferreira Gomes Filho, fazia parte quando foi eleito prefeito de Sobral (CE), em 1976.

O cargo também foi ocupado pelo bisavô e pelo avô de Ciro. O senador Cid Gomes (PDT), irmão do atual presidenciável, comandou a prefeitura da cidade por dois mandatos, entre 1997 e 2005, e outro irmão, Ivo Gomes (PDT), é o atual mandatário de Sobral. Apesar de ter feito carreira política no Ceará, o candidato ao Planalto nasceu em Pindamonhangaba (SP), de onde saiu aos 4 anos com a família, rumo a Sobral.

Ciro deixou o PDS para se filiar ao PMDB e voltou a trocar de sigla três anos depois, após romper com o então presidente da legenda, Orestes Quêrcia, que o chamou de "ladrão e filho de ladrão".

Integrou o PSDB e teve como padrinho político o senador tucano Tasso Jereissati, que assumiu o governo do Ceará após Ciro renunciar para ocupar a chefia do Ministério da Fazenda, em 1995.

Depois, foi do PPS -partido pelo qual disputou sua primeira eleição presidencial-, em 1998, do PSB e do Pros.

Desde 2015, ele é filiado ao PDT, sigla da qual também é vice-presidente. "Minha história com partidos é traumática", afirmou Ciro em uma sabatina durante a atual campanha.

Ciro e a corrupção Sempre que toca no tema corrupção, **Ciro** afirma que nunca foi condenado por desvio de recursos públicos. Em dezembro de 2021, o atual candidato à Presidência e o senador **Cid Gomes**, irmão dele, foram alvo de operação da Polícia Federal que investigou suspeitas de corrupção na construção do estádio Castelão, em Fortaleza. **Lúcio Gomes**, outro irmão de **Ciro** e **Cid**, também foi objeto de busca e apreensão.

Os irmãos eram suspeitos de pagamento de propina a **servidores públicos** e agentes políticos do Governo do Ceará na gestão de **Cid**. A fraude teria ocorrido para que a **Galvão Engenharia** vencesse a licitação para realizar reformas no estádio. O valor da concorrência foi de R\$ 518 milhões, oriundos do BNDES.

**Ciro** atribuiu a ação da PF a uma suposta tentativa de **Bolsonaro** de prejudicar sua então pré-candidatura à Presidência. Em fevereiro, a Justiça anulou a ação de busca e apreensão feita contra ele pela PF, por ver ausência de contemporaneidade no intervalo de dez anos entre as supostas fraudes e as buscas.

**Ciro** e as palavras O estilo verborrágico acompanha **Ciro** em sua trajetória e deixa um rastro volumoso de exemplos que são lembrados pelos adversários conforme a conveniência. Foi o que aconteceu no primeiro debate entre os presidentiáveis, em 28 de agosto: **Bolsonaro**, ao revidar crítica do pedetista por ofender mulheres, relembrou episódio da eleição de 2002 em que **Ciro** afirmou que sua então esposa, a atriz **Patrícia Pillar**, tinha "um dos papéis mais importantes" de sua campanha: "Dormir comigo".

A repercussão da fala à época ajudou a derrubar o desempenho de **Ciro** nas pesquisas. Neste ciclo, ele voltou a se desculpar pela declaração, e **Patrícia** já disse várias vezes que perdoou o ex-companheiro.

**Bolsonaristas** repercutiram o caso em redes sociais e lembraram episódios recentes em que **Ciro** se descontrolou ao ser confrontado por apoiadores do presidente, com palavrões e ofensas. Xingamentos contra rivais já renderam a **Ciro** processos na Justiça e desafetos em diversos partidos.

**Ciro** e os números Quase sempre nos primeiros minutos das sabatinas e entrevistas das quais tem participado nesta campanha eleitoral, **Ciro** gosta de avisar que, antes de ser político, é professor de direito. Outro adendo frequente às suas apresentações são as desculpas antecipadas por extrapolar o tempo de fala, o que ocorre quase sempre.

Os preâmbulos de seus discursos antecedem um acúmulo de dados e números sobre a realidade do

país citados em ritmo frenético, habilidade adquirida ao longo dos anos como palestrante.

Nesta campanha, ele tem destacado algarismos e porcentagens sobre desindustrialização, queda do **PIB**, desequilíbrio das contas públicas e desigualdade social. Os argumentos antecedem suas propostas para lidar com os dois problemas, caso seja eleito. A obsessão por números é uma das marcas exploradas por críticos e imitadores, como fez o humorista **Marcelo Adnet** em 2018, com o bordão "isso dá trilhão".

**Ciro** e a esquerda Apesar de ter começado a carreira em um partido conservador, o PDS, **Ciro** sempre se alinhou à esquerda e, recentemente, declarou ser um político de centro-esquerda.

A atual oposição ao ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT), após anos de apoio, durante os quais **Ciro** foi nomeado ministro da Integração Nacional no governo do petista, agravou-se em 2018. **Ciro** se recusou a apoiar publicamente **Fernando Haddad** (PT) no segundo turno contra **Bolsonaro** em retaliação à recusa do então candidato petista em formar uma chapa única da esquerda encabeçada por ele.

Duas semanas antes do segundo turno, o presidentiável do PDT viajou para Paris e não subiu no palanque de **Haddad**. Desde então, é criticado por integrantes do PT. O episódio foi lembrado por **Lula** no primeiro debate entre os presidentiáveis, no qual o ex-presidente disse esperar que **Ciro** "não vá a Paris" e lhe declare apoio em um eventual segundo turno contra o atual chefe do Planalto. **Ciro** rebateu e disse que **Lula** não pôde ir para Paris na mesma ocasião porque estava preso.

A cizânia com a esquerda atingiu o pico nos últimos dias, diante das reclamações do pedetista sobre a campanha patrocinada por setores do PT e da militância para que eleitores de **Ciro** o abandonem e adotem a tática do voto útil em **Lula**. A pressão, que já existia e chegou a ter apelos para que o ex-ministro desistisse da corrida, levou o presidentiável a apresentar uma carta-manifesto reafirmando sua candidatura.

**Ciro** também é fustigado por relativizar **Bolsonaro** com sua retórica que coloca o presidente no mesmo patamar do petista, ligando-os a corrupção e derrocada econômica. Apoiadores do ex-presidente dizem que a campanha do PDT erra ao praticar a chamada falsa simetria e cogitam que **Ciro** esteja traçando uma tática com vistas à eleição de 2026, mirando a eventual sucessão de **Lula**.

SAIBA MAIS SOBRE OS CANDIDATOS

Nesta semana, a Folha irá publicar quatro textos para explicar separadamente ao leitor um pouco mais sobre as trajetórias recentes de Lula (PT), Jair Bolsonaro (PL), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) -esses são os quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas eleitorais

[...] A cizânia com a esquerda atingiu o pico nos últimos dias, diante das reclamações do pedetista sobre a campanha patrocinada por setores do PT e da militância para que eleitores de Ciro o abandonem e adotem a tática do voto útil em Lula

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**48**

# Gestão de ativos verdes é outro exemplo de desigualdade brasileira

*Daniela Chiaretti De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

# Saúde e pacto federativo dominam campanha pelo Senado em São Paulo



**RAPHAEL RAMOS**

Com 11 candidatos na disputa, parte da campanha eleitoral para o Senado em São Paulo está centrada em discussões na área da Saúde, com destaque para propostas de atualização da Tabela Sistema Único de Saúde (SUS). A planilha é usada para definir transferências do governo federal para custear tratamentos nos Estados e municípios e, segundo os pretendentes, está defasada.

O tema é uma das principais bandeiras de campanha de Edson Aparecido (MDB), dono do maior tempo de exposição no horário eleitoral na TV e no rádio graças à ampla aliança feita pelo seu partido no Estado.

Líder das pesquisas de intenção de voto, Márcio França (PSB) também tem pautado seus discursos nessa área, assim como Marcos Pontes (PL), segundo colocado.

"Vou batalhar desde o primeiro dia pela correção da tabela SUS. Sei que a correção não dá para ser feita de uma vez, mas dá em quatro anos, corrigindo 25% ao ano", disse França. Ele defende que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) faça empréstimos para as Santas Casas do Estado.

"A tabela que remunera os serviços do SUS está congelada há 15 anos", criticou Aparecido, que promete buscar, no Senado, a correção para ampliar o atendimento nas Santas Casas e hospitais filantrópicos.

O candidato do MDB ainda tem como plataforma de campanha o debate sobre a divisão de **impostos**, em uma revisão do atual pacto federativo.

Em propagandas e entrevistas, Aparecido tem repetido que não é justo São Paulo enviar R\$ 716 bilhões à União e receber de volta R\$ 47 bilhões.

Ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações do governo Jair Bolsonaro, Marcos Pontes enfatiza a informatização na área da Saúde. "Vamos empregar a

transformação digital no SUS para otimizar os recursos disponíveis e diminuir drasticamente as filas de espera." Representante do bolsonarismo no Estado, ele também promete se dedicar a ampliar a oferta de vagas no ensino profissionalizante para reduzir o desemprego entre jovens.

Preterida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) na chapa de Tarcísio de Freitas (Republicanos), que é o candidato do Planalto para o governo de São Paulo, a deputada estadual Janaina Paschoal (PRTB) disse que não está recebendo doações privadas, não fez e não fará vaquinha para a campanha.

A parlamentar indicou seus irmãos como suplentes ao Senado, e diz **temer** um atentado contra sua vida em um eventual mandato, o que justificaria sua decisão.

**POLARIZAÇÃO.** As mais recentes pesquisas para o Senado mostram cenários semelhantes e refletem no Estado a polarização da disputa presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Bolsonaro. De acordo com a Genial/Quaest divulgada anteontem, França está na frente, com 26%, seguido por Pontes, com 25%. Ambos estão tecnicamente empatados na margem de erro, que é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Na sequência, aparecem Janaina Paschoal, com 5%; Edson Aparecido, com 2%; e Aldo Rebelo (PDT), com 2% das intenções de voto. Vivian Mendes (Unidade Popular), Ricardo Mellão (Novo), Professor Tito Bellini (PCB), Antônio Carlos (PCO) têm 1% cada.

Não pontuaram Dr. Azkoul (Democracia Cristã) e Mancha Coletivo Socialista (PSTU).

No levantamento do Datafolha divulgado na semana passada, França liderava com 31%.

Em segundo, vinha Pontes, com 19%. Na pesquisa Ipec do último dia 20, Márcio França tinha 30% e Pontes, 18%.

Os 11 candidatos disputam a vaga que atualmente é ocupada por José Serra (PSDB), que não tentará a reeleição e concorre para deputado federal.

Os outros dois senadores de São Paulo são Mara Gabrilli (PSDB) e Giordano (MDB), com mandatos até

2027 - ele entrou no lugar de Major Olimpio (PSL), que morreu de covid- 19, no ano passado.

Perfis

MÁRCIO FRANÇA (PSB)

Ex-governador

Tem 59 anos e é advogado.

Foi secretário de Turismo de São Paulo e vice-governador.

Governou São Paulo de 2018 a 2019. Foi prefeito de São Vicente por dois mandatos e deputado federal.

Neste ano, cedeu à pressão do PT e abriu mão da candidatura ao governo do Estado. "Quando me perguntam se sou de esquerda ou direita, eu digo que sou a direita da esquerda. Ou a esquerda da direita", afirmou ao Estadão.

PROPOSTAS: Aumento do número de creches e das vagas nas universidades. Defende a correção da Tabela SUS e zerar o ICMS da carne.

1º SUPLENTE: Juliano Medeiros (PSOL) 2ª SUPLENTE: Dora Fehr (PSB)

MARCOS PONTES (PL)

Ex-ministro da Ciência

Nasceu em Bauru e tem 59 anos. É engenheiro formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Ficou conhecido por ser o primeiro brasileiro a ir para o espaço, em 2006. Em 2018, foi eleito segundo suplente do então senador Major Olimpio. Foi ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações do governo Bolsonaro de 2019 a 2022.

PROPOSTAS: Aumentar o número de creches, reajustar o salário dos policiais, trabalhar pela **reforma tributária**, estimular parcerias com empresas e instituições e financiar pesquisas. Buscar integração de planejamentos urbanos segundo a vocação regional.

1º SUPLENTE: Professor Alberto (PL) 2ª SUPLENTE: Sirlange Manga (PL)

JANAINA PASCHOAL (PRTB)

Deputada estadual

Tem 48 anos, é advogada e professora na USP, onde ministra disciplinas relacionadas ao Direito Penal.

Trabalhou na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e no Ministério da Justiça. Foi uma das autoras do pedido de impeachment de Dilma Rousseff (PT). Em 2018, foi eleita deputada estadual com mais de 2 milhões de votos.

PROPOSTAS: É a favor da redução do número de parlamentares e da defesa das liberdades (religiosa, de expressão e de manifestação). Defende maior transparência com as contas públicas e responsabilização de políticos que usam a Justiça com desvio de finalidade.

1ª SUPLENTE: Nohara Paschoal (PRTB) 2º SUPLENTE: Jorge Paschoal (PRTB)

EDSON APARECIDO (MDB)

Ex-secretário de Saúde

Formado em História, é ex-deputado estadual e federal.

Tem 65 anos. Foi secretário de Desenvolvimento e Gestão Metropolitana do Estado de São Paulo e da Casa Civil.

Chefiou a Saúde da capital nas gestões Bruno Covas e Ricardo Nunes. "O País precisa discutir um novo pacto federativo.

Cabe a discussão de mudanças na legislação eleitoral", disse ao Estadão.

PROPOSTAS: Lei da Nova Tabela SUS para garantir reajuste anual no repasse federal para exames e cirurgias e ampliar o atendimento nas Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Construir mais clínicas para o cuidado com os animais.

1º SUPLENTE: Augusto Castro (MDB) 2ª SUPLENTE: Elsa Oliveira (Podemos)

ALDO REBELO (PDT)

Ex-ministro da Defesa

Nasceu em Viçosa (AL) e tem 66 anos. Foi eleito seis vezes consecutivas deputado federal.

Foi presidente da Câmara dos Deputados, onde comandou a CPI da CBF/Nike.

Ocupou os cargos de ministro da Defesa, de Ciência e Tecnologia e do Esporte e a Secretaria de Coordenação Política e Relações Institucionais do Governo.

PROPOSTAS: Defende que ONGs passem a prestar contas sobre suas fontes de financiamento e quer estimular o investimento privado e público em infraestrutura.

Apoia o aperfeiçoamento dos militares e a valorização das Forças Armadas.

1ª SUPLENTE: Embaixadora Maria Auxiliadora (PDT)

2º SUPLENTE: Antonio Carlos Fernandes Jr. (PDT)

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20220928>

.....

## Mandato de 8 anos

---

# 11

**candidatos disputam a vaga de José Serra (PSDB), que desistiu da reeleição e concorre à Câmara**

# Com perspectiva de vitória, Lula reúne grandes nomes do PIB

**IVAN MARTÍNEZ-VARGAS**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Mercado não vê diferenças entre Lula e Bolsonaro , diz economista

**Do UOL, de São Paulo**

A poucos dias do primeiro turno das eleições, a Bolsa está relativamente calma. No passado, qualquer fala dos principais candidatos sobre a política fazia a Bolsa subir ou cair muito em um mesmo dia. Neste ano, desde o início oficial da campanha eleitoral, no dia 16 de agosto, o Ibovespa , principal índice da Bolsa de Valores do Brasil, caiu 2,2%.

Para explicar esse cenário, o UOL ouviu cinco especialistas, estrategistas e sócios de corretoras.

Para eles, essa aparente calma vem do fato de que os dois principais candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro , já são conhecidos. Em pesquisas, o mercado não está vendo grandes diferenças entre Lula e Bolsonaro , diz o economista Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

Outro motivo para a estabilidade da Bolsa é o capital estrangeiro. O gringo não enxerga muita diferença entre um candidato e outro. A Bolsa está barata, e o gringo está comprando , afirma Renato Breia, sócio e fundador da Nord Research.

Para os especialistas, ainda há duas grandes incertezas no horizonte: quem irá compor a equipe econômica de Lula ou Bolsonaro, caso ganhem, e como cada um irá lidar com os gastos do governo em um eventual mandato.

Teria o mercado perdido o receio de um eventual governo do PT? Há visões diferentes. Breia afirma que o mercado tem muito medo de Lula.

Sérgio Zanini, sócio e gestor de fundos líquidos da Galápagos Capital, diz que o mercado é pragmático, não interessa se o governo é do PT ou do Bolsonaro, a preocupação é com o modelo econômico .

Confira as entrevistas abaixo.

Julio Hegedus Netto, economista-chefe da Mirae Asset Wealth Management : Em tese, o mercado esperaria que o próximo presidente mantivesse a agenda de reformas, com especial atenção para as mais pesadas, como a administrativa, além da tributária, inadiável por se tratar de uma que torna o ambiente de negócios mais salutar, menos tóxico.

Há de observar o esforço do PT de agradar a classe média, falando na isenção de IR até R\$ 3.900 e socorro às famílias endividadas. O PT reage muito à necessidade de privatização de algumas estatais, verdadeiras vacas sagradas do modelo estatista , como os Correios e a Petrobras . Por outro, fala muito em aprofundar os programas de transferência ou inclusão social.

Pelo lado do bolsonarismo, fala-se em desmembrar o Ministério da Economia e criar o do Planejamento e o da Indústria e Comércio. Claro que isso é uma demanda do Centrão. Bolsonaro fala também em fatar a Petrobras e manter os programas de concessão.

Marcelo Citadin Oliveira, assessor de investimentos na GT Capital: O mercado espera que o próximo governo seja o menos intervencionista possível nas empresas estatais listadas em Bolsa, que mantenha uma política de controle da **inflação** para o ano que vem, e mantenha o teto de gastos.

Renato Breia, sócio e fundador da Nord Research : O Estado está muito grande, gasta muito e já está no limite de gastos. A taxa de juros está alta, assim como a dívida. Se você não mostra para o mercado que haverá responsabilidade fiscal, ocorrerá uma trajetória de alta de juros e dívida explosiva, um ciclo muito ruim para o Brasil.

Ficou muito claro que pelo menos um dos candidatos, o Lula, tem um discurso que vai contra tudo isso, que eu acho que são as âncoras de um bom governo daqui para frente. Ele diz que não tem problema aumentar gastos se for para investimentos, que o teto de gastos é um absurdo.

Julio Hegedus Netto: Na visão de muitos, será voto útil contra um ou contra outro. Ganhará o menos pior . Contra Lula, estão as várias acusações da Lava Jato. Contra Bolsonaro, o desastre absoluto na sua comunicação com a sociedade.

Marcelo Citadin Oliveira: O fato de dois candidatos possuírem a maioria das intenções de votos e já serem figuras conhecidas dos investidores traz de certa forma um alívio de incertezas ao mercado em relação à última eleição de 2018.

Outro motivo também é que nos últimos três anos o Brasil aprovou leis importantes para o pleno funcionamento do mercado de capitais, a exemplo da lei de autonomia do Banco Central.

Sérgio Zanini , sócio e gestor de fundos líquidos da Galápagos Capital: Existe alguma apreensão em saber quais vão ser as equipes econômicas e qual será o planejamento para fazer os ajustes fiscais. Além disso, nossa Bolsa está muito barata em relação a outras Bolsas de países emergentes e em relação à média histórica. Uma Bolsa muito barata acaba sofrendo menos.

Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos: Entendo que a volatilidade está menor esse ano. Em pesquisas, o mercado não está vendo grandes diferenças entre Lula e Bolsonaro. É bem diferente do que foi em 2018, em que se viam cenários muito diferentes entre Haddad e Bolsonaro para mercado, Bolsa e câmbio.

Nas eleições passadas as propostas econômicas foram apresentadas e eram bem distintas. Desta vez, poucas propostas foram mostradas. Um exemplo é o Auxílio Brasil . Lula vai a público e fala que, se fosse presidente, daria um auxílio de R\$ 600. Logo em seguida, Bolsonaro coloca o auxílio em R\$ 600 e fala que, se for reeleito, serão R\$ 800. Ou seja, poucas contas e muitas promessas.

Mesmo assim, o próximo presidente deve ter boa recepção do mercado. Lula tem a questão ambiental que pode fazer preço. Investidores estrangeiros podem voltar a trazer recursos para o Brasil. Caso Bolsonaro vença, irá defender a reforma tributária e administrativa.

Renato Breia, sócio e fundador da Nord Research : Acredito que a causa para a instabilidade menor sejam os investidores estrangeiros. Temos um fluxo externo de investimento estrangeiro bem alto neste ano. O investidor estrangeiro não enxerga muita diferença entre um candidato e outro. A Bolsa está barata, e o gringo está comprando.

Marcelo Citadin Oliveira: As pesquisas eleitorais , que apontam Lula e Bolsonaro com grande maioria das intenções de voto, trazem de certa forma um alívio para os investidores. O mercado odeia trabalhar com incertezas no horizonte.

Julio Hegedus Netto : A participação de Henrique Meirelles em evento de apoio à candidatura do ex-presidente Lula da Silva foi bem vista pelo mercado. Meirelles, inclusive, já veio com uma agenda pesada, falando em reforçar a ancoragem fiscal, com uma ampla e dolorosa reforma administrativa, um extenso

programa de venda de ativos, dentre outros.

Marcelo Citadin Oliveira: O apoio de figuras como a do ex-ministro Henrique Meirelles é de certa forma sempre bem visto pelos investidores. Soa como um aceno do ex-presidente Lula ao mercado, podendo fazer a candidatura do petista ganhar espaço entre os investidores do mercado financeiro.

Sérgio Zanini : O mercado gostaria de ter mais certeza em relação a quem seria a equipe econômica que o governo Lula traria caso ganhe. Lógico que trazer o Meirelles dá ao mercado a expectativa de que a parte econômica do eventual governo Lula vai ser tocada por especialistas. É uma pessoa que já tem histórico de credibilidade, respeitado pelo mercado e criador do teto de gastos.

Gustavo Cruz : Se Meirelles fizer parte da equipe de Lula, ótimo, porque ele é criador do teto de gastos. Como ministro do Lula, vai ser difícil para ele engolir uma troca do teto de gastos por uma regra muito frouxa. Nesse caso, já começaria o governo com crise, porque Meirelles assumiria e já sairia. Queremos ver se esse eventual governo vai trabalhar junto.

Renato Breia: O mercado vê o teto de gastos como um dos fatores mais importantes e decisivos dos próximos anos. Já vimos Lula dizendo que não vai cumprir o teto, que é absurdo e prejudica os pobres e que o governo deveria, sim, gastar mais se for para investimento. Com Lula e Meirelles, vemos duas pessoas que discordam frontalmente se unindo.

Marcelo Citadin Oliveira: A grande parte dos investidores tem uma memória muito recente dos dois últimos mandatos petistas da ex-presidente Dilma Rousseff, nos quais o Brasil enfrentou uma crise bem acentuada. Creio que desta vez, em uma eventual eleição de Lula, não será tão fácil de apaziguar os ânimos do mercado como foi em 2003.

Sérgio Zanini: O mercado é pragmático. Não interessa se o governo é do PT ou do Bolsonaro. Seja quem for, o mercado tem uma preocupação muito grande com o modelo econômico brasileiro. Até porque o mercado conviveu com o governo PT que deu certo por um tempo e com um governo PT que deu muito errado em outro tempo.

Gustavo Cruz: Não. Mas temos hoje uma situação mais favorável, que não tínhamos em 2014 quando a Dilma ganhou de novo, que era uma economia que estava para colapsar. Agora a situação é delicada na parte fiscal, mas tem espaço. O país está com a taxa de desemprego em queda, vai crescer acima de 3%, e a pior fase de aperto monetário já passou.

Renato Breia: Não concordo. O mercado tem, sim, muito medo do que seria o governo Lula, por todas as coisas que ele já falou em palanque. O mercado vê o Lula, sim, como algo bem ruim e negativo. O que tem sustentado um pouco o juro, o câmbio e a Bolsa no Brasil é a condição mundial. Com nosso juro altíssimo, há muito interesse de investidores de comprar juros no Brasil. No mundo, temos Bolsas com preços muito altos e aqui temos uma das Bolsas mais baratas dos últimos 10 anos. O investidor gringo, que olha mais para o longo prazo, enxerga oportunidade. Isso de alguma forma amortece a Bolsa.

Este material é exclusivamente informativo, e não recomendação de investimento. Aplicações de risco estão sujeitas a perdas. Rentabilidade do passado não garante rentabilidade futura.

**Site: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2022/09/28/mercado-nao-ve-diferencas-entre-lula-e-bolsonaro-diz-especialista.htm>**



# Indecisas têm percepção negativa de Bolsonaro e da economia

**Felipe Bächtold são paulo**

Eleitoras que ainda não definiram em quem vão votar para presidente se ressentem da situação da economia, tendem a ter avaliação negativa do governo Jair Bolsonaro e veem desgaste no cenário político do país.

As observações constam em pesquisa qualitativa feita pelo Datafolha, na quarta-feira (21), com um grupo de 16 entrevistadas de diferentes regiões do país e variados graus de escolaridade, ocupação e idade.

As eleitoras descreveram uma sensação de retrocesso no país, mencionando problemas como a perda de poder de compra e a **inflação**, principalmente dos alimentos e combustíveis.

Na mais recente pesquisa de intenções de voto para presidente feita pelo Datafolha, de terça (20) a quinta-feira (22) da semana passada, os eleitores indecisos somaram 2% do eleitorado no levantamento estimulado (quando o entrevistador mostra os nomes dos candidatos).

Na pesquisa espontânea (quando não são informados ao entrevistado que candidatos estão concorrendo), esse índice pula para 14%. A fatia indecisa do eleitorado pode ser crucial, por exemplo, para definir no domingo (2) se haverá ou não segundo turno na eleição presidencial. Diferentemente das pesquisas quantitativas, como a de intenção de voto, a qualitativa busca percepções de um grupo restrito de entrevistados que possam mostrar tendências de comportamento de determinado segmento da sociedade. A pesquisa não representa o total de eleitores.

Na pesquisa qualitativa feita na semana passada, as eleitoras indecisas afirmaram ter foco na eleição para presidente. Só uma participante manifestou real interesse nos demais cargos, ainda que tenha havido menções sobre a importância do voto para as outras vagas em disputa neste ano.

Houve também menções críticas das eleitoras a questões como falsas promessas dos candidatos e brigas e ataque entre os políticos.

Bolsonaro (PL) foi criticado especialmente por seu

despreparo para governar e atitudes como a gestão da pandemia.

Uma eleitora que acha que seu governo não foi de todo mau classificou o candidato à reeleição como "um cara desbocado, que não sabe se portar" e que não agiu na área da segurança pública como prometia em 2018.

Também houve rejeição ao ex-presidente Lula (PT), principalmente em decorrência das acusações de corrupção contra ele e seu governo. O petista ficou preso por 580 dias entre 2018 e 2019 devido à condenação na Operação Lava Jato que foi anulada no Supremo Tribunal Federal.

Uma das entrevistadas pelo Datafolha afirmou que é preciso parar de pensar na ideia de "roubou, mas fez".

Entre pontos positivos mencionados acerca do ex-presidente estão a promessa de reajustar o valor do Auxílio Brasil e o histórico de trabalho pela região Nordeste.

Uma das entrevistadas disse que o petista representa "a única chance de despedir Bolsonaro".

O grupo de eleitoras não demonstrou muito entusiasmo com a candidatura de Ciro Gomes (PDT), que tem aparecido em terceiro lugar nas pesquisas, muito distante dos dois líderes.

Entre os pontos negativos, foi mencionado o fato de Ciro ser um político de carreira. A favor do pedetista, houve citações à proposta de cobrar mais **impostos** dos mais ricos e ainda a preocupação com a educação.

A pesquisa qualitativa também questionou as participantes sobre a candidata Simone Tebet, do MDB, pouco conhecida no grupo.

Entre pontos favoráveis à emedebista foram mencionados o fator novidade na eleição e a preocupação com questões sociais.

Mas houve questionamentos sobre sua capacidade para governar caso eleita e comparação com a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que sofreu impeachment em 2016.

As eleitoras ouvidas também disseram ter poucos detalhes sobre os planos de governo dos presidentiáveis e que precisam buscar mais informações para decidir em quem votar.

Mesmo quem diz não gostar de política afirma que, com a proximidade das eleições, procura se informar sobre o assunto. A maioria votou em 2018 e pretende votar também neste ano.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**48**

# Temores com impactos duradouros sobre inflação levaram a divergência no Copom



**Nathalia Garcia**

A preocupação com impactos mais duradouros sobre a **inflação** foi motivo de divergência na decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, conforme ata divulgada nesta terça-feira (27).

Na última quarta (21), o Copom optou por manter a taxa básica de juros (Selic) em 13,75%, interrompendo o ciclo de aperto monetário. A decisão não foi unânime.

A diretora de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Fernanda Guardado, e o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, Renato Dias de Brito Gomes, votaram por uma alta residual de 0,25 ponto percentual na Selic. Desde 2016, o BC não registrava dissidência nos votos.

Os diretores argumentaram que, diante da elevação das expectativas de **inflação** para 2024, da incerteza do grau de ociosidade da economia e do forte ritmo da atividade econômica, a alta adicional fortaleceria a mensagem de comprometimento do comitê com sua estratégia.

"Esses membros avaliam que os riscos de alta elencados no balanço de riscos podem ter impactos mais duradouros caso se materializem, e sugerem cautela adicional na avaliação das projeções do cenário de referência para o ano de 2024", disse o documento.

Entre as condições que puxariam os preços para cima, o Copom destacou a persistência das pressões

inflacionárias globais, a incerteza sobre a situação fiscal do país e a pressão vinda do mercado de trabalho.

Dada a defasagem dos efeitos da política monetária sobre a economia, o colegiado tomou sua decisão buscando a convergência da **inflação** "para o redor da meta" no ano que vem e, em menor grau, em 2024.

Atualmente, o colegiado está usando a **inflação** acumulada em 12 meses até o fim do primeiro trimestre de 2024 como horizonte de política monetária.

Os objetivos perseguidos pelo BC para 2023 e 2024 foram fixados pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) em 3,25% e 3%, respectivamente, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

As estimativas do mercado financeiro para a **inflação** de 2024 começaram a se deteriorar e chegaram a 3,5%, segundo o boletim Focus divulgado na véspera do encontro do Copom, ante 3,3% na reunião de agosto.

A cautela e a necessidade de avaliação ao longo do tempo dos impactos acumulados do "intenso e tempestivo" ciclo de política monetária realizado pesaram na decisão da maioria em favor da manutenção da Selic em 13,75%.

Ao todo, foram 12 aumentos consecutivos entre março de 2021 e agosto deste ano, com elevação acumulada de 11,75 pontos percentuais. Esse foi o choque de juros mais longo da série histórica e o mais intenso desde a adoção do regime de metas para **inflação**, em 1999.

Na ata, o colegiado do BC repetiu que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que "não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não transcorra como esperado".

O comitê disse ainda que se manterá vigilante e avaliará se a estratégia de manutenção da Selic "por período suficientemente prolongado" será capaz de assegurar a convergência da **inflação**.

Segundo Roberto Padovani, economista-chefe do BV, a ata reforça duas ideias centrais sobre o encerramento do ciclo de alta de juros.

A primeira é a justificativa de que "se deve aguardar os efeitos de todo o aperto [monetário] já realizado, entender melhor o cenário a partir de agora". A segunda refere-se ao acompanhamento do ritmo de convergência das expectativas de **inflação** em direção às metas. "Há ainda preocupações sobre a velocidade de queda da **inflação**", disse.

Padovani ressalta que as expectativas ainda estão muito acima do teto das metas de **inflação** para 2022 e 2023. Nesse contexto, acredita que a taxa de juros deve ficar parada em 13,75% por um "bom período" e não prevê cortes na Selic antes de meados do próximo ano.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, diz que o BC "acerta em ter cautela e usar a defasagem a seu favor, nesse momento de cenário externo contribuindo para a queda da **inflação**".

Para Caio Megale, economista-chefe da XP, o Copom deixou claro que a discussão hoje é se a atual postura monetária está apertada o suficiente.

"Acreditamos que a desinflação global em 2023 ajudará o Copom a trazer a **inflação** para a trajetória de metas até 2024, abrindo espaço para algum afrouxamento monetário. Mas não antes de meados do ano que vem", disse.

No cenário doméstico, o BC destacou crescimento robusto tanto no consumo quanto no investimento. "O mercado de trabalho seguiu em expansão, ainda que sem reversão completa da queda real dos salários observada nos últimos trimestres", afirmou.

Segundo o comitê, a análise de alguns indicadores de atividade, especialmente do mercado de trabalho, levou à discussão sobre "o caso de o hiato do produto estar mais estreito do que o utilizado atualmente pelo Copom em seu cenário de referência".

O hiato do produto mede a diferença entre o crescimento potencial da economia e o efetivo, e a situação do mercado de trabalho é um dos termômetros para estimar essa diferença.

No cenário de referência do Copom, as projeções de **inflação** caíram para 5,8% neste ano e se mantiveram em 4,6% para 2023. Para 2024, o colegiado elevou marginalmente a previsão para 2,8%.

Em exercício alternativo, pressupondo que o hiato do produto estaria no nível zero no terceiro trimestre, as

projeções de **inflação** seriam de 4,9% e 3% para 2023 e 2024, respectivamente.

Quanto à situação fiscal do país, o Copom destacou que o aumento de gastos públicos de forma permanente e a incerteza sobre essa trajetória no próximo ano podem elevar as expectativas de **inflação**.

"O comitê reitera que há vários canais pelos quais a política fiscal pode afetar a **inflação**, incluindo seu efeito sobre a atividade, preços de ativos, grau de incerteza na economia e expectativas de **inflação**", afirmou.

O governo Jair Bolsonaro (PL) apresentou sua proposta de Orçamento para 2023 com um benefício médio de R\$ 405 para o Auxílio Brasil, abaixo do piso permanente de R\$ 600 prometido pelos principais candidatos à Presidência. A renovação da desoneração de **impostos** sobre combustíveis é outra questão em debate.

Caso a manutenção da desoneração tributária sobre combustíveis se materialize no próximo ano, o Copom antecipou que voltará a enfatizar intervalos que incluam o primeiro trimestre de 2023.

No cenário externo, o BC considerou que o risco de uma desaceleração mais acentuada da atividade econômica global se elevou. Segundo o Copom, essa percepção é reforçada pelo movimento sincronizado de alta de juros nos países avançados.

O colegiado ponderou que a postura de política monetária mais restritiva globalmente teria impacto desinflacionário no Brasil no médio prazo, citando a menor pressão sobre preços de commodities e de bens.

No entanto, ressaltou que "os possíveis impactos que tal reprecificação teria sobre os ativos no curto prazo adicionam incerteza sobre o efeito na **inflação** brasileira."

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50048>

# "Investimento no social só existe com ajuste fiscal"

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO-17/7/2018



**Benevides diz que 'o BC será autônomo sem independência'**

**LUCIANA DYNIEWICZ ADRIANA FERNANDES**

ENTREVISTA: Mauro Benevides Filho, Deputado federal (PDT-CE), formado em economia pela UnB, com doutorado pela Universidade Vanderbilt (EUA)

A base da política econômica de um eventual governo Ciro Gomes (PDT) seria o controle da área fiscal, segundo Mauro Benevides Filho, assessor econômico do candidato. O ajuste fiscal, explica ele, se daria pelo lado da arrecadação, com a taxaço de grandes fortunas e dividendos, além do corte de desonerações.

Do lado dos gastos públicos, haveria uma reforma do teto para permitir que eles crescessem além da **inflação**, acompanhando parte da alta do **PIB**, por exemplo, e para que os investimentos avançassem a um ritmo atrelado ao aumento de receita.

Hoje, a lei do teto de gastos permite que a elevação das despesas primárias (que não incluem os gastos com dívida) acompanhe apenas a **inflação** do ano anterior.

O economista voltou a afirmar que, sob Ciro, o Banco Central seria autônomo, mas não independente.

A autoridade monetária teria de focar não só na **inflação**, mas também no emprego e no **PIB**. Em relação à política de preços da Petrobras, Benevides

defende que o preço do combustível seja suficiente para manter a petroleira rentável, mas não para distribuir o atual volume de dividendos aos acionistas. Confira os principais trechos da entrevista.

O candidato Ciro Gomes afirmou que os outros programas são iguais, baseados em câmbio flutuante, meta de **inflação** e superávit primário. Desse tripé, vocês manteriam algo?

Todo mundo trata da mesma coisa, que é o tripé. Entra e sai presidente, continua isso. A primeira coisa (a fazer) é o fiscal.

Não existe social sem fiscal ajustado. O fiscal você recompõe com três ações. A primeira é taxar grandes fortunas.

Propomos taxá-las para inclusive financiar o programa de renda mínima. Estamos falando de 58 mil brasileiros que têm riqueza acima de R\$ 20 milhões.

Só com essa ação, dá (em arrecadação) mais ou menos R\$ 59 bilhões. Segundo, taxaço de dividendos. Uma alíquota de 15% também para mais de R\$ 20 milhões. Isso dá R\$ 48 bilhões. Terceiro, resolver as desonerações tributárias. Se eu falar em 15% de R\$ 320 bilhões, dá R\$ 45 bilhões por ano.

A meta é equacionar o fiscal, ou seja, produzir superávit primário.

Isso é a linha-base do programa.

Até porque, quando você resolve o fiscal, a política monetária passa a ser secundária, porque diminuem os riscos.

Vocês manteriam meta de **inflação** e câmbio flutuante?

O câmbio será flutuante, mas não tenho metas de **inflação**. A meta que o Banco Central (BC) tem de olhar não pode ser só a de **inflação**. Tem de olhar para emprego e renda. Até porque, no BC, uma pessoa decide no câmbio. Se você tem volatilidade de câmbio, o BC tem uma pessoa que diz: "Vou colocar R\$ 25 bilhões de swap cambial no mercado". O câmbio impacta na **inflação**. A **inflação** está tão alta que as pessoas estão começando a se acostumar com

isso.

E há um erro grave: a **inflação** é oriunda de preços administrados, e a taxa de juros não tem efeito sobre ela. Você não tem efeito no preço do combustível ao aumentar a taxa de juros, mas o BC sai de uma taxa básica de 2%, em 2021, para 13,75% agora.

Isso dá aproximadamente, na dívida pública, R\$ 700 bilhões por ano. Aumentar o Auxílio Brasil e gastar R\$ 27,5 bilhões nele é um escândalo no Brasil. Agora, o BC sair de R\$ 300 bilhões para R\$ 700 bilhões nas contas públicas está tudo bem. Tem algo errado no entendimento das pessoas, nas prioridades de alocação de recursos.

Como ficaria, então, o BC sob Ciro?

O BC será autônomo sem independência.

Como ele era, e nunca teve problema.

Vocês mudariam o presidente já no começo? Qual seria o perfil do presidente da autoridade monetária?

Seria feito um convite para que todos eles (diretores) pudessem ser substituídos por outros.

O novo presidente seria um profundo conhecedor da política monetária, que entende que, quando a política fiscal é rigorosa, a política monetária passa a ser secundária, porque a taxa de juros cai naturalmente.

O BC perde relevância.

E o teto de gastos?

Se existir, tem de existir para despesa primária corrente. O investimento, que é despesa de capital, apesar de ser despesa primária, tem de estar fora. Para quem ler o jornal entender: eu aumentei a minha receita em 23%, caso do ano passado, e a **inflação** foi de 10,04%. Então, esses 13% adicionais pagam a dívida. Ou seja, todo o esforço de uma melhor fiscalização, de uma ampliação de base tributária, tudo isso é irrelevante para prover melhores recursos para a Saúde quando ela só tem o seu gasto trocado de um ano para o outro pela **inflação**. Então, a Saúde tem uma menor prioridade do que o pagamento do juro da dívida. Eu defendo um teto de gasto com despesa primária corrente e, além disso, ele pode crescer além da **inflação**. Ele pode crescer por metade do crescimento do **PIB**. Se o **PIB** vai crescer 1,8%, o teto do gasto seria a **inflação** mais 0,9%.

Qual seria a política de preços da Petrobras?

O preço do combustível tem de manter a Petrobras

rentável, captar a depreciação do capital investido, cobrir os **tributos** e, aí, se define o lucro. Não pode ser uma empresa que cobra preço além do que lhe assegura sua rentabilidade, como ela faz hoje.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Firmeza e cautela na política do juro (Editorial)



Manter em 13,75% a taxa básica de juros foi uma importante demonstração de prudência do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), em sua reunião da semana passada.

Depois de 12 aumentos seguidos, é tempo de interromper o ajuste e avaliar o efeito dessa política no combate à **inflação**. A trégua é especialmente bem-vinda, neste momento, quando as grandes economias perdem impulso e cresce o temor de recessão generalizada. Tendo iniciado o aperto com atraso, os bancos centrais do mundo rico avançam agora na elevação dos juros, impondo uma poderosa trava à atividade global. No Brasil, os negócios avançaram com vigor no primeiro semestre e já se observam sinais de alguma acomodação. As condições são propícias, portanto, a uma revisão da estratégia.

Também no varejo há uma sinalização de trégua. A prévia da **inflação** diminuiu 0,37% em setembro, tendo já recuado 0,73% em agosto. Em 12 meses ficou em 7,96% a alta acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15). No mês anterior esse aumento havia chegado a 9,60%. Talvez seja impróprio falar de uma desinflação, porque essa

baixa do indicador tem resultado principalmente da redução de **impostos** indiretos. Uma novidade especialmente animadora, em setembro, foi a queda de 0,47% do item alimentação e bebidas. Em 12 meses, no entanto, o encarecimento desse item bateu em 12,76% - uma evolução muito desfavorável num quadro de empobrecimento de milhões de famílias.

Ao anunciar a interrupção da alta de juros, o Copom mostrou-se triplamente cauteloso. Em primeiro lugar, indicou a "cautela e a necessidade de avaliação, ao longo do tempo", dos efeitos do aperto já realizado. Em segundo, mostrou prudência ao ressaltar a influência dos preços administrados, como os de combustíveis e telecomunicações, na aparente desinflação.

Em terceiro, reafirmou o compromisso com o ajuste até haver sinais claros de **inflação** perto da meta e de acomodação das expectativas. Além disso, os aumentos de juros serão retomados, segundo a ata da reunião, se os preços voltarem a subir perigosamente.

Na deliberação da semana passada, dois dos nove membros do comitê defenderam "elevação residual" de 0,25 ponto. Esse aumento, argumentaram, serviria para fortalecer a "mensagem de comprometimento" com a estratégia. A mensagem, de toda forma, foi transmitida com clareza. Uma passagem da ata deve eliminar qualquer dúvida: "O comitê enfatiza que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste, caso o processo de desinflação não transcorra como esperado".

Como em outras manifestações, o Copom ressalta entre os fatores de preocupação a incerteza sobre a evolução das contas públicas e sobre os efeitos de novos estímulos destinados a fortalecer a demanda.

Parte dos estímulos concedidos como jogadas eleitorais afetará as contas em 2023. Isso deveria bastar como advertência para quem assumir a Presidência da República em janeiro. O espaço para bondades na gestão financeira estará em boa parte ocupado antes da cerimônia de posse.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Arrecadação sobe, mas Fisco teme crise externa

*Estevão Taiar De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

# FMI pede que Reino Unido recue de corte de impostos

*Colby Smith, James Politi, Chris Giles e George Parker  
Financial Times, de Washington, Londres e Liverpool*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

# Aperto monetário global inquieta mercados cambiais

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impreso/20220928/>

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20220928/>

# Inflação de serviços ajudará a ditar próximos passos do Copom

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341)

# Os desafios econômicos do próximo governo - PALAVRA DO CONSULTOR

*Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341)

# Combustíveis puxam para baixo prévia da inflação

**Fernanda Strickland**

Considerado uma prévia da **inflação** oficial, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) recuou 0,37% em setembro, registrando a segunda queda consecutiva após marcar -0,73% em agosto. A deflação foi puxada pelo preço dos combustíveis, com destaque para o recuo de 9,78% na gasolina. O índice acumulado em 12 meses passou de 9,6%, em agosto, para 7,96% em setembro.

Vale lembrar que a Lei Complementar nº 194/22, sancionada no fim de junho, reduziu a alíquota máxima de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações. O corte do tributo tem sido o principal motivo da redução no valor dos combustíveis.

Apesar da deflação, apenas três grupos de produtos e serviços, entre os nove pesquisados, tiveram queda de preços em setembro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Influenciado pelos combustíveis, o grupo dos transportes registrou recuo médio de 2,35% nos preços e deu a maior contribuição em pontos percentuais (-0,49) para a queda do IPCA-15. Além da gasolina, também diminuíram de preço os subitens etanol (-10,10%), óleo diesel (-5,40%) e gás veicular (-0,30%). A gasolina deu a maior contribuição (0,52 ponto percentual) entre todos os produtos do levantamento para a retração do IPCA. O resultado decorre da redução no preço do produto vendido pela Petrobras às distribuidoras em 16 de agosto (queda de R\$ 0,18 por litro) e em 2 de setembro (R\$ 0,25). Por outro lado, as passagens aéreas voltaram a subir (8,20%), após o recuo de 12,22% em agosto.

Também registraram baixa, em setembro, os grupos comunicação (-2,74%) e alimentação e bebidas (-0,47%). No primeiro caso, o resultado foi influenciado pela redução nos preços dos planos de telefonia fixa (-6,58%) e de telefonia móvel (-1,36%), além dos pacotes de acesso à internet (-10,57%) e nos combos de telefonia, internet e TV por assinatura (-2,72%).

## Alimentos

Já o grupo de alimentação e bebidas (-0,47%) teve o índice puxado para baixo pela alimentação no domicílio (-0,86%). Entre os subitens, destacam-se os recuos do óleo de soja (-6,50%), do tomate (-8,04%) e,

principalmente, do leite longa vida (-12,01%). Apesar dessa queda, o leite acumula alta de 58,19% no ano no IPCA-15. Por outro lado, os principais subitens que ficaram mais caros foram cebola (11,39%), frango em pedaços (1,64%) e frutas (1,33%).

Para o economista da FGV André Braz, a redução no preço dos alimentos tem alguns motivos: o efeito de sazonalidade e a desaceleração da economia em diversos países, que conteve a alta do preço de commodities, como a soja. "Mas o que caiu de preço em setembro já estava muito mais caro antes. Essa queda não vai deixar o consumidor feliz ao ir ao supermercado", ponderou.

# A necessidade de retomar a diplomacia (Editorial)

## **Correio Braziliense**

Um mundo em mudanças será um desafio a mais para o presidente do Brasil a ser eleito neste domingo (em primeiro turno) ou em 30 de outubro. A mudança de patamar no conflito na Ucrânia, com os russos anexando territórios ocupados e intensificando ataques, e a recessão econômica anunciada para os países da Europa, com o agravamento de crises na região levando à escolha de políticos de direita e extrema-direita, como ocorreu na Itália no fim de semana, e ao crescimento de movimentos nacionalistas, mostram uma configuração nova e ainda permeada de incertezas e expectativas diante da Europa, cuja unidade parece cada vez mais ameaçada.

Em um cenário, onde Estados Unidos e Europa, de um lado, e Rússia e China, de outro, disputam a hegemonia global, o Brasil deverá retomar a tradição de sua diplomacia, que sempre nos colocou como país negociador e mediador de conflitos em busca de consensos possíveis.

É preciso retomar essa tradição, porque o Brasil manteve a posição de neutralidade, mas de forma passiva nos últimos anos, quando a defesa dos interesses nacionais exige posição ativa, condizente com o que o mundo espera de nós.

O esvaziamento do papel do Itamaraty deu espaço à desconexão entre o governo e a diplomacia no que tange ao posicionamento geopolítico do Brasil. Ao ponto de o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo provocar ruzgas com a China, nosso principal parceiro comercial e um dos parceiros com capacidade de aportar recursos em projetos no Brasil.

Agora, mesmo afastada essa polêmica com os chineses, chefes das chancelarias estariam recomendando o distanciamento e a colocação de acordos com o país em stand by até que seja definida a eleição presidencial.

É necessário que o próximo presidente se volte no campo externo ao reposicionamento do Brasil na busca ativa e de reavivamento da força de moderação, de equilíbrio e de construção de consenso que marca a tradição da diplomacia brasileira. É essa postura que permitiu ao Brasil se posicionar como membro do

grupo das 20 maiores economias do planeta, o G-20, entre os países emergentes (Brics), no qual fez parte ativa da construção, e sendo uma potência alimentar e ambiental.

A atenção e o reposicionamento diplomático do Brasil com o fortalecimento da postura de negociador são necessários para preservar e até eventualmente ampliar os interesses em países que compõem o principal mercado para os produtos brasileiros e, da mesma forma, aumentar o leque de fornecedores de itens estratégicos para o Brasil, como fertilizantes e produtos tecnológicos. Mas, mais do que retomar a postura diplomática, será preciso consolidar o processo de entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o clube dos países ricos, e encaminhar a inserção do país no desenvolvimento de tecnologias de ponta.

No campo econômico, o presidente eleito conviverá com a economia mundial crescendo menos e com taxas de juros mais elevadas, conforme alerta da própria OCDE. Durante a pandemia, o Brasil se beneficiou interna e externamente de programas de benefícios para preservar a renda dos cidadãos e de crédito barato para garantir fluxo de caixa para as empresas.

Essa política expansionista, após a abertura das economias e a invasão da Ucrânia pela Rússia, acelerou os preços em todo o mundo, com a **inflação** se tornando um grande problema.

Nesse cenário, o Brasil, que iniciou antes a elevação dos juros, terá de manter a taxa básica, enquanto Estados Unidos e Europa aumentam os juros para combater uma aceleração de preços sem precedentes em anos.

A política externa brasileira parece menor diante dos enormes desafios internos, com o aumento da desigualdade social, de brasileiros vivendo em extrema pobreza e da fome, além do crescimento do desmatamento (que ameaça nossas exportações agrícolas) e da violência e sensação de insegurança. Mas é olhando para fora que o novo governo pode encontrar as formas de superar os problemas internos, assegurando mercado para nossos produtos e, conseqüentemente, renda para o Brasil e contribuindo para atrair capitais para investimentos produtivos e

para a infraestrutura.

O cenário interno e externo são desafiadores, mas uma ação integrada da política externa em defesa dos nossos interesses pode - e deve - estar associada às ações para amenizar os problemas internos.

# Não deveríamos aumentar desemprego para combater inflação, diz economista



A economista Pavlina Tcherneva, autora de 'The Case for a Job Guarantee' Divulgação

**Rafael Balago**

Para a economista Pavlina Tcherneva, os governos cometem um grande erro ao aumentar as taxas de juros e, assim, favorecer o aumento do desemprego, como modo de combater a **inflação**. Ela defende que o setor público passe a ofertar vagas diretas a quem busca recolocação.

Neste ano, os bancos centrais de diversos países, como do Brasil e dos Estados Unidos, estão aumentando as taxas de juros para esfriar a atividade econômica e, assim, tentar conter a alta de preços.

"Trata-se de uma decisão política que, se obtiver sucesso, freará o crescimento econômico e deixará milhões de pessoas sem trabalho. A ideia é que quando as pessoas perdem seus salários e empregos, elas não gastam. Este é um método para combater **inflação**, mas não temos que fazer desse jeito", defendeu ela, durante um debate virtual realizado pelo Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), nesta terça (27).

De origem búlgara e doutora em economia, Tcherneva, 48, é professora no Bard College e pesquisadora do Levy Economic Institute, ambos de Nova York. Ela estuda teoria monetária e foi conselheira da campanha de Bernie Sanders à Presidência, em 2016. Em 2020, publicou o livro "The

Case for a Job Guarantee", no qual propõe o modelo em que o Estado garante trabalho a todos que buscam uma ocupação.

Ela defende que os governos federais deveriam separar recursos para a criação de vagas, a serem gerenciadas por estados e cidades, a nível local. Estes trabalhadores, que seriam contratados de modo temporário, poderiam atuar em várias tarefas, como preparar comida em cozinhas comunitárias, de idosos, dar suporte a vítimas de violência e aulas de reforço a estudantes.

Os temporários poderiam também atuar em **QUESTÕES AMBIENTAIS**, como na despoluição de rios, na reciclagem de lixo e na criação de áreas verdes urbanas. E também em atividades remotas e flexíveis, como criar aplicativos de interesse público, auxiliar a transportar pessoas ou registrar a história das comunidades onde vivem.

Tcherneva reconhece que o maior entrave para transformar a ideia em realidade são os questionamentos relativos ao aumento dos gastos públicos, o que ela vê como um contrassenso.

"O público foi convencido de que os recursos [públicos] são escassos, mas isso é algo peculiar. Nós acabamos de ter a Covid, quando os EUA gastaram um quarto de seu **PIB** em um ano. Também fizemos isso durante a crise de 2008. Temos muitos exemplos de que quando o setor público quer financiar uma ação, isso não é um problema. Trata-se de uma escolha política não enfrentar o desemprego", afirma.

"Quando falamos sobre insegurança alimentar, há programas para fornecer comida a quem tem fome. Se falta moradia, há iniciativas que fornecem casas. Mas quando uma pessoa precisa de emprego, os governos dão uma pequena renda, algum treinamento, mas não um emprego em si", compara.

Ela lembra que a falta de ocupação gera uma série de dificuldades na vida de quem a experimenta.

"Os desempregados enfrentam muito mais problemas de saúde física e mental. Se ficam muito tempo fora do mercado, é difícil se recolocar depois. A questão leva a problemas de moradia, crime, encarceramento, pobreza. Só o custo de manter uma pessoa detida nos

EUA é de US\$ 35 mil por ano. De uma forma ou de outra, nós pagamos o custo de desemprego, que é muito alto."

Questionada pela Folha depois do evento se os governos deveriam priorizar ofertar empregos ou dar auxílios emergenciais, ela defendeu a primeira opção, mas disse que as duas alternativas se complementam para criar uma rede de proteção social efetiva.

"A política de estabilização deveria focar em empregos, mas não pode ser a única coisa, porque muitas pessoas não podem trabalhar. Elas podem ser estudantes, terem limitações físicas, estarem aposentadas, então o apoio financeiro é importante", pondera.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**48**

# 45% das crianças do país vivem abaixo da linha de pobreza

**Leonardo Vieceli**

A pobreza infantil atingiu níveis recordes no Brasil em 2021 em um cenário de crise social intensificada pela pandemia. É o que indica uma publicação de pesquisadores do PUCRS Data Social, laboratório de estudos lançado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A taxa de crianças de até seis anos que viviam em domicílios abaixo da linha de pobreza chegou a 44,7% no país no ano passado, o maior patamar em uma década, segundo o levantamento. A série histórica reúne dados a partir de 2012.

A alta foi de 8,6 pontos percentuais ante 2020, quando o índice havia caído para 36,1%, o menor da série, sob impacto dos pagamentos mais robustos do auxílio emergencial.

A taxa mede o percentual de crianças de até seis anos que viviam em domicílios em situação de pobreza em relação à população total da mesma faixa etária (17,5 milhões). Ou seja, quase 45% delas estavam em lares considerados pobres.

Em termos absolutos, o número de crianças de até seis anos em situação de pobreza aumentou de 6,4 milhões para 7,8 milhões, outro recorde, segundo a pesquisa. A alta foi de 22,6% na passagem de 2020 para 2021.

Em outras palavras, mais 1,4 milhão de crianças passaram a ser consideradas pobres. Esse contingente é similar à população inteira de uma cidade como Porto Alegre (1,5 milhão).

A dinâmica do auxílio emergencial no ano passado explica grande parte do quadro, dizem os pesquisadores. O pagamento do benefício chegou a ser paralisado no início de 2021. Depois, foi retomado, mas com a cobertura de famílias e os valores reduzidos.

Outro fator associado ao avanço da pobreza é a perda da renda do trabalho dos responsáveis pelos domicílios devido à **inflação** elevada.

"Os efeitos da pobreza na primeira infância são acumulativos. Se a criança não desenvolver suas

capacidades nessa fase, o futuro vai ser mais difícil para ela", avalia o pesquisador André Salata, um dos responsáveis pelo estudo do PUCRS Data Social.

Para estimar os resultados, os especialistas usaram microdados da Pnad Contínua com recorte anual.

Essa versão da Pnad, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), vai além do mercado de trabalho e também contempla outras fontes de renda, incluindo programas sociais.

"Os resultados preocupam muito. Existem estudos que mostram que o ser humano tem determinadas idades para o desenvolvimento cognitivo e físico", afirma a pesquisadora Izete Pengo Bagolin, também responsável pelo levantamento.

"A criança que passa fome e está em situação mais precária, exposta a condições não ideais, vai ter produtividade menor no futuro. A pobreza tem um custo para a realização profissional e pessoal", diz.

De acordo com os pesquisadores, a extrema pobreza também bateu recorde entre crianças de até seis anos em 2021. A taxa aumentou de 8% para 12,7% no país.

O número de crianças dessa faixa etária em situação de extrema pobreza subiu de 1,4 milhão para 2,2 milhões. A alta foi de 58%, ou 819,7 mil a mais, o equivalente a quase toda a população de uma capital como João Pessoa (825,8 mil).

Para definir as linhas de pobreza e extrema pobreza, o estudo utilizou critérios de PPC (Paridade do Poder de Compra) adotados pelo Banco Mundial.

Em valores de 2021, convertidos em reais, a linha de pobreza foi de cerca de R\$ 465 per capita (por pessoa) por mês. A medida de extrema pobreza ficou em torno de R\$ 160 per capita por mês.

Crianças que viviam em domicílios com renda por pessoa abaixo desses patamares estavam em situação de pobreza ou extrema pobreza, conforme o estudo.

"Em 2020, em função dos auxílios, a pobreza e a extrema pobreza tiveram queda. Mas, em 2021, voltaram rapidamente e atingiram patamares piores do

que os anteriores", diz o pesquisador Ely José de Mattos, também responsável pelo levantamento.

Ele pondera que os dados ainda não levam em conta os prováveis impactos da ampliação do Auxílio Brasil. O reforço no valor do programa social foi confirmado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) às vésperas das eleições deste ano.

Na visão de Mattos, é "pouco provável" que o próximo governo, seja ele liderado por Bolsonaro ou outro candidato, corte o valor do Auxílio Brasil, que passou a ter mínimo de R\$ 600. Porém, segundo o economista, há espaço para revisões e ajustes no programa.

Um das críticas que vêm sendo feitas ao desenho do auxílio é sobre a falta de focalização -critério que considera os diferentes perfis e necessidades das famílias atendidas.

"Precisamos de um programa robusto e que tenha sustentabilidade", avalia Salata.

O estudo também aponta diferenças dentro do grupo das crianças de até seis anos. Na parcela negra, a taxa de pobreza chegou a 54,3% em 2021, enquanto o índice de pobreza extrema atingiu 16,3%.

Os percentuais foram menores para as crianças brancas. Nesse recorte, a taxa de pobreza chegou a 32,4%, e a de extrema pobreza, a 8,2%.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

48

## Pobreza e extrema pobreza alcançam recordes entre crianças em 2021\*

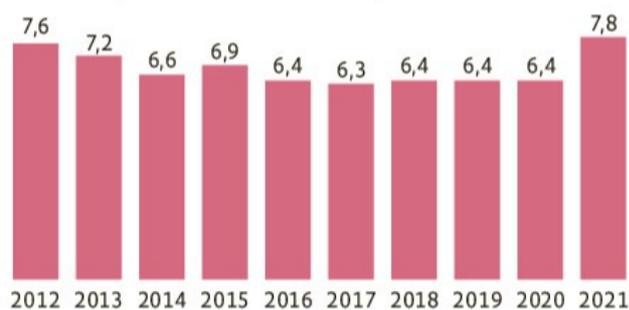
### Taxa de pobreza infantil

Percentual de crianças de até seis anos nessa condição, em %



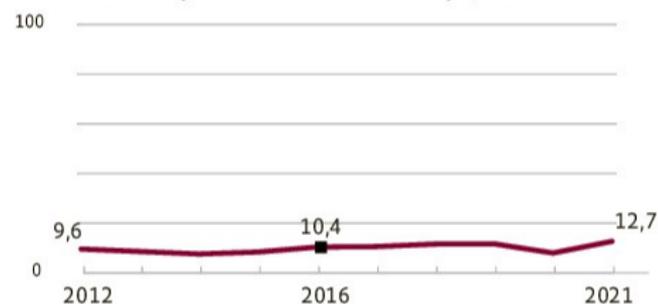
### População em pobreza infantil

Número de crianças de até seis anos nessa condição, em milhões



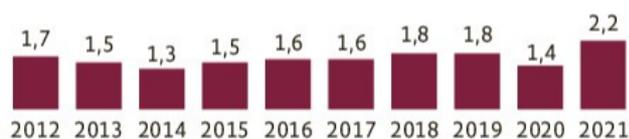
### Taxa de extrema pobreza infantil

Percentual de crianças de até seis anos nessa condição, em %



### População em extrema pobreza infantil

Número de crianças de até seis anos nessa condição, em milhões



\*São usados critérios do Banco Mundial. Em valores mensais de 2021, convertidos em reais, a linha de pobreza foi de aproximadamente R\$ 465 per capita, e a de extrema pobreza foi de cerca de R\$ 160 per capita. Crianças em domicílios com renda abaixo desses níveis estavam em situação de pobreza e/ou de pobreza extrema

Fonte: PUCRS Data Social, a partir de microdados do IBGE

# Bolsonaro fala em vencer no 1º turno



Ingrid Soares

Em campanha na cidade pernambucana de Petrolina, o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, voltou a dizer que seu governo não tem corrupção e atacou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder das pesquisas de intenção de voto.

"O que eu tenho a oferecer para vocês é justamente o contrário do que o ladrão fez ao longo de 14 anos. Completamos três anos e meio no Brasil sem corrupção por parte do governo federal. Não ser corrupto não é virtude, é obrigação", discursou.

O presidente disse acreditar que a população o reelegerá em primeiro turno e destacou desvios na Petrobras. "Essa é a marca do governo do PT de Lula. Nós não queremos isso para o nosso Brasil. Nós não queremos um ladrão chefiando o governo federal. Nós acreditamos no povo brasileiro que, no próximo 2 de outubro, vai reeleger Jair Bolsonaro no primeiro turno", enfatizou.

Bolsonaro afirmou que, "se assim for a vontade de Deus e também interesse de vocês, nós continuaremos no governo trazendo paz e tranquilidade e ordem e progresso para todos". Os apoiadores responderam com gritos de "primeiro turno".

## Covid-19

O chefe do Executivo destacou que o "Brasil está condenado a dar certo" e criticou governadores por decretarem medidas restritivas em meio ao pico da covid-19, afirmando que eles não devem ser reeleitos.

"Vocês sabem, passamos por momentos difíceis, uma

pandemia, em que governadores e prefeitos, não todos, obrigaram vocês a ficarem em casa. Esses, que obrigaram a ficar em casa, agora, vocês têm que deixá-los ficar em casa, não votando neles novamente", pregou.

Ele citou, também, a redução da **inflação** e do preço de COMBUSTÍVEIS. "Hoje, no Brasil, quase em sua totalidade, a GASOLINA está abaixo de R\$ 5 e o álcool abaixo de R\$ 3. O Brasil começa, cada vez mais, a dar exemplo para o mundo", disse. "Não temos mais **inflação**. Tudo começa a baixar de preço já no terceiro mês consecutivo. Nós estamos mais do que dando exemplo para o mundo, demonstrando como se faz política de verdade em momentos difíceis." Por fim, repetiu a defesa de pautas ideológicas, em agrado à sua base de apoiadores. Disse ser contra o aborto, a legalização das drogas e a ideologia de gênero. "O patrimônio de cada um de nós são os nossos filhos. Eles são o nosso orgulho, a nossa razão de viver. Serão tratados como assim merecem", frisou.

Na cidade, Bolsonaro montou em um touro, cujos chifres receberam adesivos da campanha do presidente. No lombo do animal, uma bandeira com as cores do Brasil e o número da chapa do chefe do Executivo. Além do comício, ele participou de motociata e carreata.

# Incerteza fiscal a partir de 2023 eleva expectativa de inflação, diz BC

**THAÍS BARCELLOS EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA**

Mesmo depois das críticas do ministro da Economia, Paulo Guedes, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reforçou, por meio da ata da reunião da semana passada, divulgada ontem, a preocupação com o futuro das contas públicas no Brasil e seu impacto inflacionário. O Copom manteve a taxa Selic em 13,75% ao ano na quarta-feira passada, decretando o fim de seu mais longo ciclo de alta de juros.

O colegiado destacou que o aumento de gastos de forma permanente e a incerteza sobre sua trajetória a partir do próximo ano podem elevar os prêmios de risco do País e as expectativas de **inflação**. Isso porque devem pressionar a demanda agregada e piorar as expectativas sobre a trajetória fiscal.

Os dois candidatos mais bem posicionados nas pesquisas para a disputa do Palácio do Planalto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL), por exemplo, já prometeram manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 mensais, mas ainda não explicaram como vão financiar a medida, nem como vão lidar com o impacto do custo extra no teto de gastos - regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da **inflação** do ano anterior.

"O Comitê reitera que há vários canais pelos quais a política fiscal pode afetar a **inflação**, incluindo seu efeito sobre a atividade, preços de ativos, grau de incerteza na economia e expectativas de **inflação**", alertou.

Em um evento recente, Guedes disse que o "BC errou ao falar o tempo todo em risco fiscal", quando o País caminhava para o superávit primário, ou seja, para as contas fecharem o ano no azul. "O BC estava preocupado com o fiscal, e eu, com o juro negativo", afirmou o ministro. Porém, o superávit de 2022 previsto pela equipe econômica, de R\$ 13,5 bilhões, deverá ser pontual.

Segundo a proposta de Orçamento do ano que vem, a estimativa para 2023 é de um rombo de R\$ 65,9 bilhões.

Na ata, em nenhum momento o BC indicou algum

horizonte para cortes da taxa Selic, mas deixou claro que o fiel da balança para determinar a efetividade da manutenção por período prolongado são os preços de serviços.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lula pede a empresários diálogo "sem hipocrisia" e ajuda contra a miséria



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante encontro com o setor do esporte, em SP, antes de se reunir com empresários no Morumbi, na zona sul da capital paulista. Carla Carniel/Reuters

O jantar do Esfera Brasil em torno do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas para o Palácio do Planalto, conseguiu reunir um maior número de empresários peso-pesado que o encontro que o mesmo grupo fez com o presidente Jair Bolsonaro (PL).

O evento, último do tipo antes do primeiro turno, ocorreu na casa do fundador do grupo, João Camargo, no Morumbi (zona sul de SP).

"Eu preciso de vocês para acabar com a miséria do Brasil", disse Lula numa antessala do evento a alguns dos banqueiros e empresários. "Ela não é um problema só meu."

O ex-presidente fez uma fala inicial de dois minutos e abriu o espaço para perguntas, preferindo ouvir os presentes.

Lula disse também que a eleição ainda não está ganha e que foi à reunião justamente para conquistar o voto dos empresários. Ele foi aplaudido em vários momentos.

O petista disse ainda que de nada adiantaria ir ao encontro e falar "meia dúzia de palavras". Pediu um diálogo "sem hipocrisia" aos empresários e afirmou ser necessário que eles dissessem claramente o que têm a propor para tirar o Brasil "do buraco".

Lula ainda sofre resistência de parte do empresariado, e a reunião foi organizada para que ele pudesse

estabelecer o diálogo interdito com muitos deles.

O petista disse que queria mais uma chance para reconstruir o país. "Lulinha paz e amore Alckmin estão de volta", afirmou. Nesse momento, foi bastante aplaudido.

Segundo os organizadores, participaram ao todo 137 empresários do jantar com Lula, sendo o maior encontro já promovido pelo grupo.

Estiveram no evento, entre outros, os empresários Rubens Ometto, da Cosan, Fábio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, o presidente da Fiesp, Josué Gomes, o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, o banqueiro André Esteves, do BTG, Benjamin Steinbrueh, da CSN, Abílio Diniz, do Carrefour, Flávio Rocha, da Riachuelo, Michael Klein, das Casas Bahia, Dan Iosepke, do grupo Lochpe-Maxion, o advogado Nelson Wilians e Cândido Pinheiro, da Hapvida.

Alguns deles também participaram da conversa com Bolsonaro, mas Josué, Ometto e Abílio, por exemplo, não estavam no encontro com o presidente.

Além do Esfera Brasil, que congrega empresários de vários setores, a reunião foi organizada pelo advogado Marco Aurélio de Carvalho, do Prerrogativas, grupo que coordenou também encontros de Lula com empresários da construção civil e personalidades da área jurídica.

Lula chegou com sua mulher, Janja, e esteve acompanhado também do candidato a vice, Geraldo Alckmin. Ele levou à reunião a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), o presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, os deputados federais Alexandre Padilha e Emídio de Souza e o economista Gabriel Galípolo.

Ao abordar a autonomia do Banco Central, outro assunto que vem levantando perguntas no empresariado, Lula disse que o atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto, não tem mais independência do que Henrique Meirelles tinha quando ocupou o posto em seu governo.

O petista propôs um compromisso triplo para que o combate à **inflação** envolva também discussão sobre crescimento e geração de emprego.

"Vocês brigaram muito para que o BC fosse independente, eu sinceramente não sei o que muda com o Banco Central independente. Eu duvido que esse rapaz que está lá, que eu não o conheço, tivesse mais independência do que teve o Meirelles", afirmou.

A diferença, disse Lula aos empresários, é que Meirelles participava de reuniões em que se discutiam outros interesses, como a geração de emprego e o poder de compra dos trabalhadores. O petista também defendeu que não basta controlar a **inflação** por meio dos juros.

Lula disse ainda que, se hipoteticamente indicasse o banqueiro André Esteves, do BTG, para o comando da autarquia, mesmo nessa situação daqui a dois anos só o controle da **inflação** por meio da taxa de juros não seria suficiente.

Candidato afirma que não vai mexer em ICMS de combustível

Matheus Tupina

Em entrevista ao SBT, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta terça-feira (27) que não vai alterar a legislação que estabeleceu um teto para a alíquota do ICMS de combustíveis, proposta de Jair Bolsonaro (PL) aprovada pelo Congresso em junho.

O petista, no entanto, criticou o atual mandatário pelo corte do tributo. Ele disse que a legislação é resultado de uma decisão política de Bolsonaro e que ele será responsabilizado quando faltar recurso para as unidades federativas em áreas como a saúde e a educação.

O ICMS é um imposto estadual com peso significativo no orçamento dos entes federados. O teto de 17% ou 18% estabelecido pela nova legislação atinge, além de combustíveis, setores como energia, transporte e telecomunicações.

A mudança fez parte da ofensiva do Palácio do Planalto para tentar reduzir o preço da gasolina e do diesel a poucos meses da eleição e abriu uma nova arena de conflito entre o governo federal e os estados, que chegaram a levar a questão ao STF (Supremo Tribunal Federal) para reivindicar uma compensação da perda de receitas.

"Ele poderia ter reduzido o preço da gasolina sem mexer no ICMS dos estados, ele foi mexer para tentar

mostrar que ele poderia ganhar politicamente", disse o petista na entrevista desta terça, afirmando ainda que a responsabilidade é totalmente de Bolsonaro.

"Não quero mexer em política de governador", respondeu.

Economistas ligados a FGV, Insper, USP e Puc-Rio e André Lara Resende anunciam apoio ao petista

Um grupo de economistas ligados a instituições como FGV, Insper, PUC-Rio, USR UFF e UFPE divulgou uma carta-manifesto pelo voto útil no primeiro turno.

"Em que pesem sérias discordâncias a respeito de políticas implementadas no passado por governos do PT, reconhecemos no ex-presidente Lula a única liderança capaz de derrotar o atraso maior representado pelo atual governo", afirmam no documento. "Viabilizar a sua vitória em primeiro turno nos parece a resposta mais contundente, segura e efetiva de proteção à democracia no Brasil."

Entre os 38 signatários até o momento estão Cláudio Considera (FGV Ibré), Laura Karpuska (Insper), Laura Schiavon (PUC-Rio), Mayara Felix (Yale), Otaviano Canuto (ex-FMI e ex-Banco Mundial) e o colunista da Folha Sérgio Firpo (Insper). Também nesta terça (27), André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, declararia apoio à candidatura de Lula.

O economista não quis comentar se esse apoio sinaliza para uma condução da política econômica ao centro em um eventual governo do petista.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50048>

# Banco Mundial prevê que China vai crescer 2,8% este ano

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220928>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20220928>

# Eleição e colapso das políticas públicas - LU AIKO OTTA

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

# Alívio da prévia não deve alterar cenário da inflação

**Marta Watanabe e Lucianne Carneiro** De São Paulo e do Rio

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

# Maior inclusão de mulheres no mercado estimula crescimento

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187341?page=1&section=1)